

# GUIMARÃES

## (Oliveira do Castelo)

Para chegar a Guimarães tome a autoestrada A3, que liga o Porto a Braga, e, sensivelmente a meio deste percurso – a 29 km, se tiver partido do Porto –, opte pela saída 6, que está sinalizada para Guimarães/Vila Nova de Famalicão/Vila do Conde e lhe permite passar para a autoestrada A7. Tome o acesso no sentido de Guimarães e, ao fim de 18 km, continue pela A11. Depois de atravessar um longo vale, use a saída 8, para Guimarães, cumprindo os restantes quilómetros pela variante de acesso à cidade que corre sensivelmente paralela à N206. Entrará em Guimarães pela rua Paio Galvão. Uma vez no interior do espaço urbano vimaranense percorra o largo do Toural e contorne o seu núcleo histórico, classificado como Património da Humanidade pela UNESCO. Ao chegar ao largo da República do Brasil, que tem a igreja de São Gualter ao fundo, suba pela avenida Alberto Sampaio, rasgada ao lado da muralha medieval, até ao largo Condessa Mumadona (junto do Tribunal) e, a partir de aqui, siga as placas que indicam o acesso para o Castelo de Guimarães, a Igreja de S. Miguel e o Paço dos Duques, tudo monumentos muito próximos.

### Castelo de Guimarães

O CASTELO DE GUIMARÃES é uma das construções militares com maior poder simbólico e evocativo, muitas vezes associado aos primórdios da nacionalidade portuguesa. Em todo o caso, e não querendo esvaziar a estrutura militar da sua carga simbólica, essa associação resulta mais dos mitos que se construíram em seu redor do que de um efetivo e comprovado papel desempenhado no processo autonómico português. As primeiras referências documentais a uma estrutura militar no *Mons Latito* (ou Monte Largo) remontam aos anos de [950-951], quando o cenóbio vimaranense é referido *ad radice montis Latito*. Apesar de este tipo de formulário refletir normalmente relações de dependência militar, alguns autores questionam a existência, nesses meados do século X, de um castelo. Pouco anos mais tarde, em 968, num outro documento, a condessa Mumadona Dias esclarece todas as dúvidas declarando, na carta em que doou o castelo ao mosteiro de Guimarães, que o mandara construir por receio dos ataques de *gentios*. Podemos, por isso, dizer com toda a certeza que em 968 o castelo de Guimarães já existia e que ele resulta de uma fundação da família condal portugalense. A estrutura seria certamente muito fruste e substancialmente distinta da que hoje ali vemos. Do ponto de vista histórico, o castelo esteve associado ao cerco que Afonso VII de Leão e Castela levantou, em 1127, e à batalha de São Mamede, travada nas suas imediações na tarde de 24 de junho de 1128. O desfecho desta batalha, como se sabe,

inaugurou o processo autonómico português. Mas, poucos anos volvidos, D. Afonso Henriques deslocou-se para a zona de Coimbra, onde passou a residir a partir de 1131. O castelo de São Mamede (que já era assim designado em 968), passou a ter um papel periférico no devir do reino. Como Maria da Conceição Falcão Ferreira demonstrou, a estrutura urbana de Guimarães desenvolveu-se em torno de dois “núcleos geradores” – o castelo e o mosteiro – ambos de fundação condal, que acabaram por dar origem a duas vilas distintas, mais tarde dotadas de estruturas murallhadas autónomas. A “vila de baixo”, que se desenvolveu em torno do influente mosteiro de Guimarães, recebeu foral das mãos dos condes Portucalenses, D. Henrique de Borgonha e D. Teresa, em 1095-96, naquele que é considerado o primeiro diploma do 2º Condado Portucalense. A “vila de cima”, ou do Castelo, receberia carta de feira das mãos de Afonso III, em 16 de maio de 1258 – uma feira que se devia realizar entre as duas portas do castelo: *ipsam feyram faciant in meo castello de Vimarani ab una porta castelli usque aliam* –. Os termos do castelo de Guimarães foram demarcados em 15 de agosto de 1272, na sequência de uma inquirição régia ordenada por D. Afonso III. D. Dinis concedeu privilégios à vila do Castelo, que, a 16 de abril de 1386, ainda foram confirmados por D. João I. No diploma joanino era designada como o *castelo velho de Guimaraães*. Mas pouco depois, no *postumeiro dia* de dezembro de 1389, o mesmo monarca cederia às pretensões da vila de baixo e



Vista geral do castelo do lado sul

Planta



determinaria que a villa e castello de Guimaraes seiam todos huu poboo e contribuam todos como huu poboo. As duas povoações uniam-se, assim, numa única vila. O núcleo habitacional da vila do Castelo, que ainda aparece desenhado na planta *De Guimarães* (executada por volta de 1562-1570), entraria em progressivo declínio, acabando por ser abandonado. Atualmente, nesta área subsistem apenas três construções: o castelo (que aqui nos ocupa), a igreja de São Miguel (sagrada em 1239) e o Paço dos Duques de Bragança (erguido entre 1420 e 1433, portanto já depois dos eventos que ditaram a união das duas vilas vimaranenses num espaço único). A vila de Guimarães recebeu Foral Novo, outorgado por D. Manuel I, a 20 de setembro de 1517.

O castelo que a condessa Mumadona Dias mandou erguer, por volta de 968, e que nesse ano entregou ao mosteiro de Guimarães, foi implantado entre vários afloramentos rochosos, a uma cota absoluta de 235 m, dominando o vale de Guimarães e a vetusta estrutura monástica. O seu aspeto seria, como referimos, substancialmente mais modesto e muito distinto do que o castelo que ali vemos hoje. A sua estrutura foi erguida entre e sobre os afloramentos rochosos que pontuavam o local, que foram aproveitados e integrados no circuito defensivo, diminuindo os custos de construção. Parte desses afloramentos continuam



*Vista de nascente  
vendo-se, em baixo,  
vestígios da fase  
condal (século XI)*



*Vista da muralha  
oeste, entre a torre  
do sino de correr e a  
torre sul*

visíveis, dentro do perímetro amuralhado e na sua envolvente, marcando a paisagem do local. Vários apresentam sinais de corte de pedra, ainda que alguns desses cortes tenham sido executados num passado recente, durante os restauros da DGEMN. Na sua Fase I, o castelo foi construído sobretudo com recurso a materiais de origem local, perecíveis, como a madeira, e com deslocação de terras, para potenciar as condições topográficas defensivas. A sua arquitetura ignorava torreões, entradas complexas, parapeitos ameados e torre de menagem. Portanto, muitos dos elementos que hoje associamos à arquitetura militar medieval estavam ainda ausentes desta incipiente estrutura. Já na segunda metade do século XI, o castelo sofreria uma primeira e importante reforma. Desta Fase II restam vestígios em vários pontos da estrutura muralhada. Os mais imponentes e evidentes encontram-se na face nascente do castelo, constituindo uma enorme sapata pétrea sobre a qual se apoia a porta de entrada. A dimensão dos silhares e o seu trabalho contrastam facilmente com as pedras da fase seguinte, sendo facilmente identificáveis. Esta Fase II não atinge o

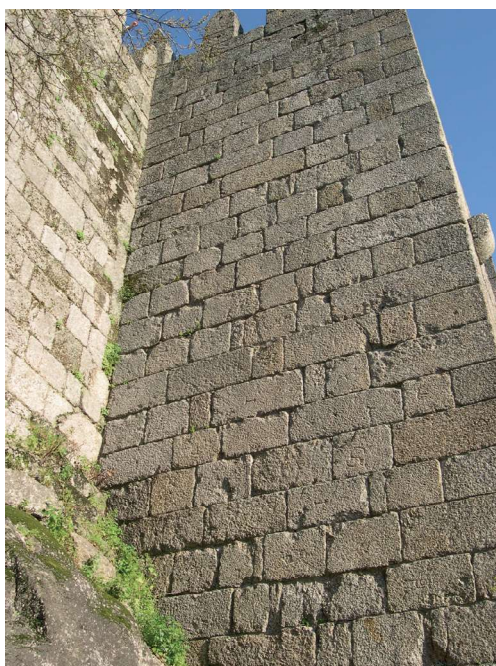
extremo ocidental do castelo, revelando que a estrutura ainda não tinha o perímetro atual. Na muralha poente, outrora voltada ao espaço intramuros da Vila do Castelo, também se consegue detetar vários troços deste aparelho de construção. O castelo de Guimarães continuava a não ter torreões nem torre de menagem, e apenas temos testemunho de uma entrada, voltada a nascente. Do ponto de vista construtivo, o seu aparelho pode classificar-se como proto-românico. Já no século XII, o castelo sofreria uma nova e profunda reforma, que quase eliminou os testemunhos da fase anterior. É nesta altura, no que se pode classificar como Fase III, que a maior parte das muralhas que hoje ali vemos foi erguida. O aparelho de construção, de módulo menor que o da fase anterior, pode classificar-se como românico. Trata-se de um aparelho de construção pseudo-isódomo, sem siglas. O perímetro do castelo, tal como hoje o conhecemos, foi atingido nesta altura. Mas o castelo continuava a prescindir de torreões e desconhecia a torre de menagem (como, de resto, desconheciam todos os castelos portugueses dessa altura). E não sabemos se as muralhas, que

*Vista do torreão noroeste*





*Porta de entrada oeste, ladeada por dois torreões de construção posterior*



*Junta viva entre a muralha do castelo e a torre do sino de correr*



*Vista geral da Torre de Menagem*

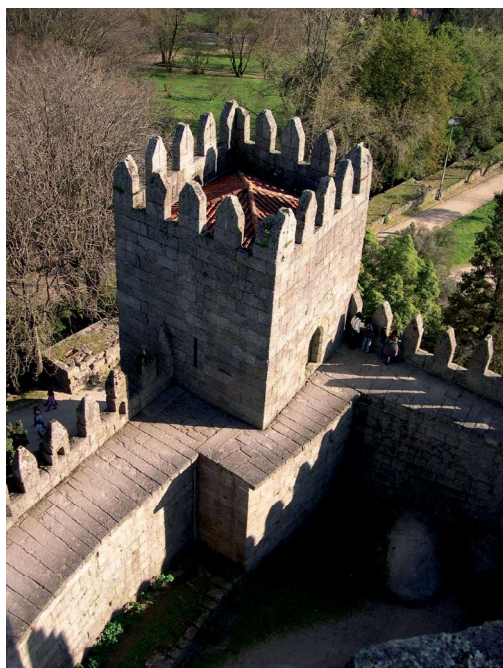
*Vista da zona norte do castelo, com as ruínas do Paço dos Alcaides (à direita)*





*Muralha oeste, com a fase mais antiga (em baixo) e o acréscimo gótico*

*Adarve na zona sul do castelo*



*Adarve na zona norte do castelo*



terminavam a uma cota um pouco mais baixa do que acontece hoje, possuíam remate com ameias. No interior do seu pátio erguiam-se algumas construções, sendo talvez com elas que se relacionam alguns dos alicerces registados por Luís de Pina no seu estudo pioneiro, anterior ao restauro. Foi este castelo que D. Afonso Henriques conheceu. Já no

século XIII, o castelo de Guimarães conheceu nova reforma, que corresponde à sua Fase IV. Esta nova etapa caracteriza-se por ter aparelho siglado. Este deteta-se em todos os oito torreões do castelo, que foram erguidos adossados à muralha anterior e que, ao contrário desta, apresentam siglas desde as primeiras fiadas. O contacto entre as torres e

a muralha apresenta junta viva em quase toda a sua extensão, sendo apenas travadas nas últimas fiadas da muralha, que resultaram de um alteamento feito nesta altura, com recurso a pedras também sigladas. A própria maneira como os torreões se relacionam com as portas de entrada do castelo, encobrendo parte das aduelas dos seus arcos, revela-se elucidativa sobre a sua cronologia tardia. Parte deles são abertos pela gola, outra característica que espelha uma cronologia avançada. Analisando a face interna da muralha do castelo é fácil de reconhecer a mudança de aparelho e o alteamento da muralha. Esta Fase IV, siglada, deteta-se, portanto, em toda a extensão do castelo: nos seus oito torreões (desde os alicerces até ao cimo) e na muralha do castelo (aqui apenas nas fiadas superiores). A torre que se ergue junto à torre de menagem apresenta, no seu remate superior, dois pilares de secção quadrada. Trata-se dos apoios para o sino de correr, que era tangido quando o final do dia se aproximava e a população se tinha de recolher dentro de muros, antes de estes se encerrarem. Instalado com a reforma do século XIV, o sino de correr ainda funcionava em 1612, como se documenta nas Actas da Vereação da Câmara. A torre de menagem foi erguida nesta fase. Tem aparelho siglado e corresponde ao modelo mais tardio de torres de menagem em Portugal. À maneira gótica, o acesso, realizado pelo 1º andar, praticava-se a partir do adarve da muralha. Neste sentido, é significativo que a porta de acesso à torre de menagem tenha sido rasgada a uma cota que corresponde ao adarve (ou caminho de ronda) do castelo já posicionado no nível atual (ou seja, depois das muralhas do castelo terem sido alteadas). Este pormenor revela que as duas obras – a reforma gótica das muralhas, com o seu alteamento, e a construção da torre de menagem – são contemporâneas. Esta fase das obras do castelo de Guimarães, que tem siglas comuns às do sistema muralhado da vila, pode ser atribuída aos reinados de Afonso III ou de D. Dinis, uma vez que estão documentadas obras militares entre 1254 e 1318. Um documento de Afonso III, datado de 11 de março de 1254, recomenda explicitamente que os magistrados do concelho de Guimarães não exigissem *geyras pro ad faciendum murum castelli Vimarani*, sugerindo que havia obras em curso na fortaleza. A torre de menagem mede 12,12 m x 12,95 m, apresenta muros com 2 m de espessura e ergue-se 25 metros acima do solo. É coroada por caminho de ronda. A sua área significativa levou à construção de um pilar central, no qual amarram os três pisos sobradados. Este pilar, de secção quadrangular, vai diminuindo à medida que os pavimentos se sucedem. A torre de menagem era coroada por uma *burdício*, uma galeria em madeira, de que se podem ver vestígios dos orifícios de fixação. A construção da torre de

menagem levou à destruição de estruturas pré-existentes, parcialmente registadas por Luís de Pina antes do restauro da DGEMN, e que deviam corresponder às casas que se erguiam dentro do castelo e que a população da vila do Castelo tinha, em 1258, de varrer: *varrere ipsas domos Castell Domini Regis et curare illas*. O coroamento do castelo de Guimarães apresentava *manteletes* – pequenas estruturas de madeira, basculantes, colocadas no espaço das *abertas*, entre as ameias – de que sobrevivem vestígios. No século XV, ocupando o recanto norte do castelo, foi construído o “Paço dos Alcaldes”, que alguns autores, menos avisados, identificaram com um pretense “Paço do Conde D. Henrique”. Tinha 4 pisos – dois até alcançar o adarve da muralha (com janelas abertas na parede voltada ao pátio), e dois acima do adarve –. Apresenta janelas com pinázio ou cruzeta, imitando as soluções do vizinho Paço dos Duques de Bragança. Dois dos compartimentos dos pisos superiores eram aquecidos por duas lareiras, que ainda sobrevivem. O piso superior, que tinha um compartimento mais pequeno, com apenas duas janelas, foi pouco depois ampliado, como se pode comprovar pela presença de uma linha de telhado a uma cota mais baixa e por uma evidente junta viva. Isso significa que a lareira deste piso corresponde já à ampliação, sendo mais tardia do que a lareira do terceiro piso. Nessa mesma centúria as defesas do castelo seriam reforçadas com a construção da barbacã de Santa Bárbara, registada na planta *De Guimarães*, de 1562-1570, e integralmente demolida em 1666, cujos vestígios arqueológicos apareceram durante as recentes sondagens arqueológicas, realizadas por Francisco Faure em 2012.

Depois de ter perdido interesse militar, o castelo de Guimarães entrou em decadência. Os procuradores de Guimarães às Cortes de Lisboa, de 1653, alertaram para a necessidade urgente de obras, para evitar a ruína daquele que entendiam ser o “castelo mais sumptuoso do reino”. Pouco depois seria convertido em prisão, já mencionada pelo Pe. Torquato Peixoto de Azevedo em 1692, função que se prolongou até 1895. Foi, depois, caserna militar (quando o Paço dos Duques de Bragança albergava regimento militar). O restauro, promovido pela DGEMN, iniciou-se em 1937 e foi inaugurado em 1940, sendo palco do arranque oficial das Comemorações do Duplo Centenário (1140-1640). A intervenção da DGEMN foi decisiva para que a estrutura militar assumisse o aspeto que hoje apresenta. As mais recentes intervenções abrangeram a requalificação dos passadiços e adarve (2015) e a criação do Centro Interpretativo do Castelo de Guimarães (inaugurado em 2016).

### Bibliografia

AA.VV., 2013; AZEVEDO, T.P., 2000, pp. 158-161; ALMEIDA, C.A.F., 2001, pp. 145-146; BARROCA, M.J., 1990-91, pp. 94 e 114-116; BARROCA, M.J., 1996a, pp. 17-28; BARROCA, M.J., 2004, p. 190; BARROCA, M.J. e LOURENÇO, P.B., 2013; BARROCA, M.J. e AMARAL, L.C., 2019; CALDAS, A.J.F., 1996, pp. 404-411 (1ª ed., 1881); CARDOZO, M., 1957; CARVALHO, A.L., 1937; CHANC. AF. III, I, doc. n.º 41 (de 1254, março, 11), doc. n.º 140 (de 1258, maio, 16), doc. n.º 523 (de 1272, agosto, 15); CHANC. D. JOÃO I, II, doc. n.º 35 (de 1389, dezembro, 31), doc. n.º 187 (de 1386, abril, 16); DGEMN, 1937b; DIAS, L.F.C., 1961-69, V, pp. 9-14; FERREIRA, M.C.F., 2010, pp. 225-232 e 371-372; FIGUEIREDO,

J., 1964, pp. 47-121; FONTE, B., 1994; GIL, J., 1986, pp. 33-34; GUIMARÃES, A., 1940; GUIMARÃES, O., 1898, pp. 5-13; LMUMADONA, doc. n.º 1b (de 968, dezembro, 4), doc. n.º 49 (de 957, junho, 8 - aliás [950, julho, 24-951, janeiro, 5]); MARQUES, J., 1989; MARTINS, M.G., 2016, pp. 257-258; MEM. PAROQ. 1758 (2003), pp. 333-334; PERES, D., 1969, pp. 23-32; PINA, L., 1928; PINA, L., 1933; PMH, DC, doc. n.º 71 (de 957, junho, 8 - aliás [950, julho, 24-951, janeiro, 5]), doc. n.º 97 (de 968, dezembro, 4); PMH, INQ., p. 723 (de 1258); PMH, LEGES, pp. 350/351 (de 1095-1096); PMH, SCRIPT., p. 12; SIPA; TEIXEIRA, F.J., 2001; VMH, doc. n.º 8 (de 957, junho, 8 - aliás [950, julho, 24-951, janeiro, 5]), doc. n.º 14 (de 968, dezembro, 4), doc. n.º 57 (de 1095-1096) e doc. n.º 296 (de 1318, julho, 21).

## Igreja de São Miguel do Castelo

A IGREJA DE SÃO MIGUEL está situada em Guimarães (distrito de Braga) na freguesia da Oliveira. Em Guimarães siga para sudeste na avenida Alberto Sampaio/N101 em direção à Rua Dr. José Sampaio/N101-2. Na rotunda, siga em frente até avenida General Humberto Delgado/N207-4. Vire à direita em direção a rua Dr. Joaquim de Meira. A igreja de São Miguel encontra-se à sua esquerda.

O castelo de Guimarães dedicado a São Mamede como indica a documentação do século x, em cuja antiga cerca baixa se situa a igreja de São Miguel, foi construído no *Monte Latito* por iniciativa da condessa Mumadona Dias. Em 968 a célebre condessa portugalense doou o castelo ao mosteiro de Santa Maria de Guimarães, que ela própria fundara *circa* de 950 com o apoio do monarca leonês Ramiro II, para proteção da comunidade monástica. A vila de Guimarães nascerá assim de dois núcleos: o do mosteiro e o do castelo.

O documento mais antigo que se refere a São Miguel data de 1216. Trata-se de uma composição entre o arcebispo de Braga e o prior da colegiada de Guimarães (sucessora do antigo mosteiro de Santa Maria), surgindo São Miguel não como uma igreja paroquial mas como uma capela: *a de Sancti Michaelis de Castello*. Nas Inquirições Gerais de 1258 São Miguel era já uma freguesia do Julgado de Guimarães. As testemunhas então inquiridas afirmaram que a igreja fora capela do rei: *tamen de veteri fuit capella Domni Regis*, o que reforça a hipótese de a atual igreja ter substituído uma antiga capela castral, templo que se coaduna com a evocação ao arcanjo São Miguel, chefe do exército celeste.

Implantada no interior da antiga cerca baixa do castelo, a igreja de São Miguel é composta por nave e cabeceira retangulares construídas em granito e aparelho pseudo-isódomo. Ambas são cobertas por tetos de madeira de duas águas, sendo a cabeceira mais baixa e estreita do que a nave.

Exteriormente, o alçado oriental da cabeceira patenteia uma grande simplicidade. É composto por uma estreita fresta sem qualquer elemento escultórico e por empena de duas águas. Os alçados norte e sul, nos quais estão ausentes vãos de iluminação, são rematados superiormente por cornijas pouco profundas que se apoiam em cachorros lisos.

Na fachada norte da nave permanecem dois arcosólios, um de cada lado do portal, que aproveitam a espessura do muro. O arcosólio que se situa a ocidente do portal é de maior dimensão, sendo ambientado por uma arquivolta de aduelas lisas e por um arco envolvente que apresenta um motivo fitomórfico esculpido em bisel. O outro arcosólio tem um menor pé-direito, sendo composto por aduelas lisas. No século xix ainda se mantinham os dois túmulos encaixados nestes arcos, segundo a descrição de A. J. Ferreira Caldas (1881). O portal apresenta aduelas lisas inscritas na superfície murária e tímpano liso. Acima do portal, duas frestas estreitas alternam com quatro mísulas, certamente vestígios do telhado de um alpendre, sendo a fachada coroada por cornija pouco profunda assente em cachorros lisos.

Na fachada sul pontua um portal com as aduelas inscritas na espessura do muro e tímpano liso. Três mísulas e um lacrimal atestam a presença de um alpendre. Deste alçado da nave fazem ainda parte duas estreitas frestas e uma cornija pouco profunda assente em cachorros lisos. Na fachada ocidental abre-se um portal em arco ligeiramente quebrado, que não apresenta colunas, cujo arco envolvente mostra um motivo fitomórfico esculpido em bisel, em tudo semelhante ao do arcosólio da fachada norte. O tímpano liso foi aí colocado na campanha das obras de restauro realizadas pela DGEMN na década de 1930. Ladeando o portal subsistem quatro mísulas. Uma estreita fresta e uma empena de duas águas onde pontua